

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FERNAO DIAS S.A. (“Autopista Fernão Dias”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.326.342/0001-70, com sede na Rodovia Fernão Dias, BR 381 – KM 850 nº S/N – Pista Norte, Bairro Setor Industrial, CEP: 37.550-000, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Pouso Alegre, 29 de Março de 2016.

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relação com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A. (“Autopista Fernão Dias”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.326.342/0001-70, com sede na Rodovia Fernão Dias, BR 381 – KM 850 nº S/N – Pista Norte, Bairro Setor Industrial, CEP: 37.550-000, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Pouso Alegre, 29 de março de 2016.

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relação com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Autopista Fernão Dias S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTES				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.846	121.816	Empréstimos e financiamentos	12	49.227	44.276
Contas a receber	6	23.110	20.770	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	44.148	32.202
Contas a receber - partes relacionadas	15	1.004	1.008	Debêntures	13	114.890	38.567
Estoques		-	132	Fornecedores	14	15.008	14.133
Despesas antecipadas		3.692	2.141	Obrigações sociais		6.902	6.365
Impostos a recuperar	11	3.171	1.578	Obrigações fiscais		3.609	3.631
Outros créditos		268	-	Contas a pagar - partes relacionadas	15	3.629	12.160
Total dos ativos circulantes		45.091	147.445	Cauções contratuais		13.916	7.757
				Taxa de fiscalização		1.039	960
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	8	21.203	20.658	Provisão para investimentos em rodovias	16	10.733	45.076
Despesas antecipadas		37	-	Sinistros Recebidos		-	60
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	54.055	19.948	Outras contas a pagar		1.015	1.109
Depósitos judiciais		12.923	9.517	Total dos passivos circulantes		264.116	206.296
Outras contas a receber		4.428	-				
Imobilizado	9	2.051	1.954	Empréstimos e financiamentos	12	542.625	585.714
Intangível	10	1.545.266	1.403.088	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	381.263	336.979
Diferido	11	11.348	14.855	Debêntures	13	-	100.421
Total dos ativos não circulantes		1.651.311	1.470.020	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	554	610
				Provisão para manutenção em rodovias	16	93.091	72.152
				Provisão para investimentos em rodovias	16	30.666	-
				Outras contas a pagar		165	-
				Total dos passivos não circulantes		1.048.364	1.095.876
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	473.001	338.001
				Reservas de lucros		(89.079)	(22.708)
				Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital		-	-
				Total do patrimônio líquido		383.922	315.293
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.696.402</u>	<u>1.617.465</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.696.402</u>	<u>1.617.465</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	445.830	486.973
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(420.194)	(417.902)
LUCRO BRUTO		<u>25.636</u>	<u>69.071</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(20.594)	(20.457)
Remuneração da Administração	15	(1.816)	(1.526)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	(1)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.226	47.087
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	13.087	6.678
Despesas financeiras	20	(116.791)	(77.168)
		<u>(103.704)</u>	<u>(70.490)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(100.478)	(23.403)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferidos	22	34.107	7.931
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(66.371)</u>	<u>(15.472)</u>
LUCRO / PREJUÍZO ATRIBUÍDO A Participação de controladores		<u>(66.371)</u>	<u>(15.472)</u>
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	<u>(0,1927)</u>	<u>(0,0449)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

-

-

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	242.129	247.025
Receita dos serviços de construção	204.206	242.720
Outras receitas	23.425	21.362
	<u>469.760</u>	<u>511.107</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(57.369)	(22.967)
Custo dos serviços de construção	(204.206)	(242.720)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.715)	(53.996)
Custo da concessão	(19.454)	(19.862)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(16.756)	(14.545)
Outros	(14.799)	-
	<u>(316.299)</u>	<u>(354.090)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>153.461</u>	<u>157.017</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(77.881)	(47.083)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>75.580</u>	<u>109.934</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	13.087	6.678
Juros capitalizados	12.062	10.954
	<u>25.149</u>	<u>17.632</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>100.729</u>	<u>127.566</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	32.815	23.775
Benefícios	8.191	7.270
FGTS	2.252	1.924
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	(23.094)	8.646
Estaduais	-	-
Municipais	12.916	13.081
Outros	11.776	-
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	51.249	38.658
Juros capitalizados BNDES	6.809	10.954
Juros capitalizados Debentures	5.253	-
Aluguéis	5.167	224
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	53.766	38.506
Integralização de Capital		
Lucro/Prejuízo do exercício	(66.371)	(15.472)
	<u>100.729</u>	<u>127.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

**Demonstrações do resultado abrangente individual para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais - R\$)**

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	(66.371)	(15.472)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(66.371)</u>	<u>(15.472)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido do consolidado
		Legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	298.001	-	(7.236)	-	-	-	290.765
Aumento de capital	40.000	-	-	-	-	-	40.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(15.472)	-	-	-	(15.472)
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	338.001	-	(22.708)	-	-	-	315.293
Aumento de capital	135.000	-	-	-	-	-	135.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(66.371)	-	-	-	(66.371)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	473.001	-	(89.079)	-	-	-	383.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do período	(66.371)	(15.472)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	77.881	47.083
Baixa de ativos permanentes	390	257
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.107)	(7.931)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(2.131)	(1.776)
Juros e variações monetárias de empréstimos	43.312	34.093
Juros e variações monetárias de debêntures	12.009	552
Juros e variações monetárias sobre mútuos	53.766	38.506
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	782	2.874
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.293	1.934
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	16.756	14.545
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.340)	(9.335)
Contas a receber - partes relacionadas	4	(3)
Estoques	132	(80)
Despesas antecipadas	(1.588)	(1.584)
Impostos a recuperar	(1.460)	(95)
Outros Créditos	(268)	-
Depósitos judiciais	245	(2.036)
Outras contas a receber	(4.428)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	4.674	(6.959)
Fornecedores - partes relacionadas	249	2.237
Cauções contratuais de fornecedores	(3.229)	(1.276)
Obrigações sociais	537	(99)
Obrigações fiscais	-	179
Sinistros recebidos	(60)	(37)
Taxa de fiscalização	79	55
Contas a pagar - partes relacionadas	(10.000)	-
Adiantamentos de seguros	-	-
Outras contas a pagar	71	565
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(1.349)	(1.838)
Pagamento de juros - federais	(55.216)	(40.650)
Despesas antecipadas sobre empréstimos - Passivo	(19)	-
Imposto de renda retido na fonte sobre mútuo	(7.008)	(5.750)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>22.606</u>	<u>47.959</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(660)	(1.824)
Aquisições de itens do intangível	(211.457)	(235.341)
Aplicação financeira vinculada	-	(2.735)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	1.453	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(210.664)</u>	<u>(239.900)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	-	101.087
Pagamentos	(40.962)	(37.727)
Aumento Capital	135.000	40.000
Aumento de Mútuos	20.000	85.271
Debêntures:		
Emissão de debêntures	-	100.000
Pagamentos de debêntures - principal	(33.950)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>80.088</u>	<u>288.631</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(107.970)</u>	<u>96.690</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>121.816</u>	<u>25.126</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u><u>13.846</u></u>	<u><u>121.816</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopista Fernão Dias **S.A.**

Demonstrações Financeiras referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e
relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade para cumprir o contrato de concessão precisa realizar consideráveis investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com o contrato de concessão assinado.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

2. CONCESSÕES

A Autopista Fernão Dias S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381- SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007.

A Autopista Fernão Dias S.A. está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul – Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,13 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO’s.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.

- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todo o prazo da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 7.916 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$135.892 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$290.519 (R\$469.491 em 31 de dezembro de 2014 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$817.814 (R\$762.749 em 31 de dezembro de 2014 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do Contrato de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade celebrou Termos de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$28,2 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão.

A Sociedade está definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo. Estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovado Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que

envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário – CDB, debêntures e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo

e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

Instrumentos financeiros passivos

Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os

pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção da rodovia em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada

pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	14.034	45.338
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	10.733	45.076
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(3.301)</u>	<u>(262)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	31.028	-
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	30.666	-
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(362)</u>	<u>-</u>
 Provisão para manutenção em rodovias - real	111.046	88.116
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	93.091	72.152
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(17.955)</u>	<u>(15.964)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº17.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)

<p>Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização</p>	<p>As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.</p>	(1)
<p>Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture</p>	<p>As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.</p>	(1)
<p>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação</p>	<p>As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.</p>	(1)
<p>Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa</p>	<p>Fornece os esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.</p>	(2)
<p>Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro</p>	<p>Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.</p>	(2)
<p>IFRS 15 – Receita de contratos com clientes</p>	<p>Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.</p>	(3)
<p>IFRS 9 – Instrumentos financeiros</p>	<p>Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.</p>	(3)
<p>IFRS 16 – Arrendamento Mercantil</p>	<p>Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.</p>	(4)

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
(4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado
Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)	As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	2.096	2.838
Aplicações financeiras (*)	<u>11.750</u>	<u>118.978</u>
Total	<u><u>13.846</u></u>	<u><u>121.816</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Debêntures compromissadas	1.210	108.394
Fundos de investimentos	10.540	10.584
Total	<u>11.750</u>	<u>118.978</u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,30% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDBs, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>		<u>31.12.2014</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	12.376	-	12.643
Cartões de pedágio a receber	701	-	649
Receitas acessórias a receber (a)	10.033	4.428	7.478
Total	<u>23.110</u>	<u>4.428</u>	<u>20.770</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	127.015	51.446
Provisão de participação nos lucros	1.949	1.796
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	554	610
Provisão para manutenção	93.091	72.152
Outras provisões	817	104
Ajuste dos encargos financeiros	7.463	8.653
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.188	-
Estorno de capitalização de juros	587	587
Base de cálculo	<u>158.986</u>	<u>58.670</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>54.055</u>	<u>19.948</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2017	3.149
2018	3.149
2019	3.149
2020	3.149
Após 2021	41.459
	<u>54.055</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 43% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$21.203 e em 31 de dezembro de 2014 de R\$20.658, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 101,30% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2013	430	571	1.838	712	3.551
Adições	20	113	1.433	258	1.824
Alienações/baixas	(25)	-	-	(25)	(50)
Saldo em 31.12.2014	425	684	3.271	945	5.325
Adições	29	383	108	140	660
Alienações/baixas	-	-	(119)	-	(119)
Saldo em 31.12.2015	454	1.067	3.260	1.085	5.866
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(191)	(405)	(1.720)	(266)	(2.582)
Depreciações	(42)	(115)	(571)	(81)	(809)
Alienações/baixas	16	-	-	4	20
Saldo em 31.12.2014	(217)	(520)	(2.291)	(343)	(3.371)
Depreciações	(43)	(71)	(232)	(98)	(444)
Saldo em 31.12.2015	(260)	(591)	(2.523)	(441)	(3.815)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	208	164	980	602	1.954
Saldo em 31.12.2015	194	476	737	644	2.051
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	20%	

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	1.129.155	1.380	140.317	119	1.270.971
Adições	109.967	315	142.907	(81)	253.108
Transferências / Reclassificações	91.511	15	(91.526)	-	-
Alienações/baixas	(273)	(7)	-	-	(280)
Saldo em 31.12.2014	1.330.360	1.703	191.698	38	1.523.799
Adições	71.051	348	144.949	31	216.379
Transferências / Reclassificações	147.959	-	(147.959)	-	-
Alienações/baixas	(271)	-	-	-	(271)
Saldo em 31.12.2015	1.549.099	2.051	188.688	69	1.739.907
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(77.614)	(590)	-	-	(78.204)
Amortizações	(42.318)	(242)	-	-	(42.560)
Alienações/baixas	52	1	-	-	53
Saldo em 31.12.2014	(119.880)	(831)	-	-	(120.711)
Amortizações	(73.648)	(282)	-	-	(73.930)
Saldo em 31.12.2015	(193.528)	(1.113)	-	-	(194.641)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	1.210.480	872	191.698	38	1.403.088
Saldo em 31.12.2015	1.355.571	938	188.688	69	1.545.266
Taxas de amortização - a.a.	3,29%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>37.065</u>	<u>37.065</u>
Amortização acumulada	<u>(25.717)</u>	<u>(22.210)</u>
	<u>11.348</u>	<u>14.855</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	março/2026	48.991	43.989
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (b)	6,0% a.a.	junho/2019	236	287
			<u>49.227</u>	<u>44.276</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	março/2026	542.041	584.896
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (b)	6,0% a.a.	junho/2019	584	818
			<u>542.625</u>	<u>585.714</u>
Total			<u>591.852</u>	<u>629.990</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	52.719
2018	55.209
2019	59.605
2020	64.922
A partir de 2021	310.170
	<u>542.625</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos contratos de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do Contrato de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados.
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de quinze por cento da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:

- 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
- 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da concessionária.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA (-) Imposto de renda (-) Contribuição social	(+) Amortização de principal (+) Pagamentos de juros	(+) Lucro líquido (+) Despesa/receita financeira líquida (+) Depreciações e amortizações (+) Provisão para imposto de renda e contribuição social (+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela concessionária nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo econômico.
- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos contratos de concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

A Sociedade apresentou seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no item “h” acima a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos contratos de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a vinte e cinco por cento do saldo devedor perante o BNDES, em até noventa dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente

deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de sessenta dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de doze meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até sessenta dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.12.2015 Circulante	31.12.2014 Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	3.370	CDI + 1,4% a.a.	julho/2015	-	38.818	-
2ª emissão (b)	10.000	CDI + 1,15% a.a.	junho/2016	115.127	-	100.530
Custo de transação				(237)	(251)	(109)
Total				114.890	38.567	100.421

(a) 1ª emissão de debêntures de 4 de outubro 2013 de 3.370 debêntures com valor nominal unitário, em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 10 (dez mil reais) cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures de 15 de dezembro 2014 de 10.000 debêntures com valor nominal unitário, em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário, acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	04.10.2013	41.391	07.10.2013	33.700
2ª emissão	15.12.2014	100.000	23.12.2014	114.890
		141.391		148.590

A Sociedade quitou integralmente a 1ª emissão de debêntures na data de 6 de julho de 2015 conforme previsto no contrato.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Para não descumprir cláusulas do contrato do BNDES a Sociedade obteve junto a este órgão aprovação para emissão da 2ª emissão de debêntures em 16 de outubro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos debenturistas.
2. A fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O valor garantido será pago pela Controladora em até três dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Controladora se obriga a somente exigir tais valores da Emissora após os debenturistas terem recebido integralmente o valor garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta escritura de emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$15.008 (R\$14.133 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Autopista Fluminense S.A (a)	-	4
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (d)	1.004	1.004
Total	<u>1.004</u>	<u>1.008</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	44.148	32.202
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.722	727
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (d)	1.285	10.797
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (c)	622	634
Autopista Fluminense S.A (a)	-	2
Total	<u>47.777</u>	<u>44.362</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (f)	360.325	336.979
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (e)	20.938	-
Total	<u>381.263</u>	<u>336.979</u>

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a) (b)
Arteris S.A.	-	53.766	6.451	2.068	38.506	4.878
Latina Manutenção de Rodovias	10.572	-	-	9.971	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	-	-	-	7.404	-	-
Autopista Fluminense S/A	-	-	-	4	-	-
Total	<u>10.572</u>	<u>53.766</u>	<u>6.451</u>	<u>19.447</u>	<u>38.506</u>	<u>4.878</u>

- (a) Refere-se a despesas administrativas da Autopista Fluminense pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas (contas a receber) e despesas administrativas pagas pela Autopista Fluminense que serão reembolsadas pela Sociedade (contas a pagar).
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Refere-se à prestação de serviços direcionados à conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) O valor restante de R\$1.007, refere-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas, de colaboradores transferidos da Latina Manutenção de Rodovias Ltda. para a Sociedade, a serem reembolsados. E prestação de serviços direcionados à manutenção inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (e) Refere-se a instrumento particular de escrita de 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Fernão Dias S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 19 de agosto de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
19.08.2015	Agosto de 2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	938	-
			<u>20.000</u>	<u>938</u>	<u>-</u>

- (f) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
04.09.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	10.000	9.763	7.622
17.09.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	12.588	9.815
06.10.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	12.433	9.678
27.10.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	12.256	9.519
05.11.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	15.920	12.354
27.11.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	12.000	11.059	8.561
05.12.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	14.675	11.352
19.12.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000 (*)	3.415	11.226
08.02.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,700% a.a.	50.000	17.159	9.546
24.06.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,700% a.a.	25.000	7.693	3.987
15.01.2014	Dezembro de 2018	CDI + 1,400% a.a.	45.000	10.709	4.519
25.06.2014	Dezembro de 2018	CDI + 1,400% a.a.	40.000	6.803	1.002
			<u>270.000</u>	<u>134.473</u>	<u>99.181</u>

(*) A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 26 de janeiro de 2015 o aumento do capital social no valor de R\$10.000 mediante a capitalização dos créditos que a Arteris S.A detém na companhia em razão dos contratos de mútuos celebrados.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$1.816, (R\$1.526 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.323 e R\$2.149.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria

profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	411	1.583	(409)	(1.281)	304
Trabalhistas	199	294	(175)	(68)	250
Total	<u>610</u>	<u>1.877</u>	<u>(584)</u>	<u>(1.349)</u>	<u>554</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	164	3.586	(1.718)	(1.621)	411
Trabalhistas	350	5.260	(5.194)	(217)	199
Total	<u>514</u>	<u>8.846</u>	<u>(6.912)</u>	<u>(1.838)</u>	<u>610</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$1.209 e R\$722, respectivamente, em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$719 e R\$92 respectivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$12.923 em 31 de dezembro de 2015 (R\$9.517 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	45.076	72.152	-
Adições	-	16.756	-
Utilizações	(276)	-	-
Ajuste a valor presente	(3.423)	4.183	22
Transferências (a)	(30.644)	-	30.644
Saldo em 31.12.2015	<u>10.733</u>	<u>93.091</u>	<u>30.666</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2013	32.777	56.371	10.867
Adições	-	14.545	-
Utilizações	(206)	-	-
Ajuste a valor presente	1.638	1.236	-
Transferências (a)	10.867	-	(10.867)
Saldo em 31.12.2014	<u>45.076</u>	<u>72.152</u>	<u>-</u>

- (a) Saldo transferido do curto prazo para o longo prazo já está líquido do ajuste a valor presente, uma vez que a transferência se deu no final de setembro de 2015 em consequência da reprogramação do cronograma de investimento.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$473.001 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$338.001. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	31.12.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	505.442.685	505.442.685	100%

	31.12.2014		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	340.732.128	340.732.128	100%

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Forma da integralização	Valor	Quantidade de ações integralizadas
26.01.2015	Capitalização por mútuo	10.000	10.752.688
03.07.2015	Dinheiro	27.000	31.059.473
14.07.2015	Dinheiro	33.000	41.250.000
30.09.2015	Dinheiro	10.000	12.075.836
19.10.2015	Dinheiro	15.000	18.472.906
03.11.2015	Dinheiro	20.000	25.125.628
21.12.2015	Dinheiro	20.000	25.974.026
		<u>135.000</u>	<u>164.710.557</u>

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	242.129	247.025
Receita de serviços de construção	204.206	242.720
Outras receitas (*)	<u>23.425</u>	<u>21.362</u>
	<u><u>469.760</u></u>	<u><u>511.107</u></u>

(*) Outras receitas, advindas da exploração da faixa de domínio, são oriundas quase na totalidade de aluguel de dutos para fibra óptica ao longo da rodovia. A maior parte do aumento para o primeiro trimestre foi pontual, visto que houve acordo de cobrança retroativa de clientes, visto o encerramento de negociações e assinatura de contrato neste ano.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	469.760	511.107
ISSQN	(12.916)	(13.053)
PIS	(1.961)	(1.970)
COFINS	(9.050)	(9.111)
Outras deduções	<u>(3)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u><u>445.830</u></u>	<u><u>486.973</u></u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(10.619)	(9.448)
Serviços de terceiros	(2.744)	(2.372)
Manutenção de bens e conservação	(172)	(142)
Depreciação / Amortização	(1.046)	(1.057)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.293)	(2.751)
Seguros/Garantias	-	(7)
Consumo	(901)	(629)
Transportes	(577)	(871)
Outros	(3.242)	(3.180)
Total	<u>(20.594)</u>	<u>(20.457)</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(204.206)	(242.720)
Com pessoal	(30.935)	(28.409)
Serviços de terceiros	(29.256)	(27.820)
Conservação	(25.176)	(24.489)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(873)	(803)
Consumo	(8.018)	(5.615)
Transportes	(8.405)	(8.845)
Verba de Fiscalização	(11.984)	(11.234)
Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (Federais)	(1.285)	(1.234)
Seguros / Garantias	(4.317)	(4.730)
Provisão de manutenção em rodovias	(16.756)	(14.545)
Depreciação / Amortização	(76.835)	(46.026)
Outros	(2.148)	(1.432)
Total	<u>(420.194)</u>	<u>(417.902)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	404	-
Aplicações financeiras	7.662	6.614
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	4.951	-
Outras receitas	<u>70</u>	<u>64</u>
Total	<u><u>13.087</u></u>	<u><u>6.678</u></u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(109.087)	(73.153)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.733)	(2.875)
Outras despesas	<u>(1.971)</u>	<u>(1.140)</u>
Total	<u><u>(116.791)</u></u>	<u><u>(77.168)</u></u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	30.525	28.731
Integralização de capital – reservas de lucro	10.000	-
Juros capitalizados	12.062	10.954
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(37.665)	(21.712)

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(100.478)	(23.403)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	34.163	7.957
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(56)</u>	<u>(26)</u>
Despesa contabilizada	<u>34.107</u>	<u>7.931</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	34.107	7.931

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do exercício	(66.371)	(15.472)
Número de ações durante o ano	<u>396.776</u>	<u>340.732</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,16728)</u>	<u>(0,04541)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	31.12.2015	31.12.2014
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	13.846	121.816
Aplicações financeiras	21.203	20.658
Partes relacionadas	1.004	1.008
Contas a receber clientes	27.538	20.770

Passivos	31.12.2015	31.12.2014
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	28.924	21.890
Empréstimos e financiamentos	591.852	629.990
Debêntures	114.890	138.988
Partes relacionadas	429.040	381.341
Taxa de fiscalização	1.039	960
Outras contas a pagar	1.180	1.109

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(44.389)	(55.486)	(66.583)	(33.292)
Receita de aplicações (*)	3.625	4.531	5.437	2.719
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	5,63%
Juros a incorrer (*)	(56.705)	(70.808)	(84.884)	(42.574)
Juros a incorrer (*)	(97.469)	(121.763)	(146.030)	(73.147)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$12.376 (R\$12.643 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Debêntures - IPCA	13,00%	115.127	-	-	-	-	-	115.127
Finame	6,00%	276	262	248	119	-	-	905
BNDES Automático	8,21%	88.527	88.527	88.527	88.527	88.527	351.628	794.263
Total		<u>203.930</u>	<u>88.789</u>	<u>88.775</u>	<u>88.646</u>	<u>88.527</u>	<u>351.628</u>	<u>910.295</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	160.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	139.652

(*) Por sinistro

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de janeiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$11.000 mediante a emissão de 14.476.684 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 22 de fevereiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$5.000 mediante a emissão de 6.720.430 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de março de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$12.000 mediante a emissão de 16.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Autopista Fernão Dias



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Fernão Dias S.A. foi outorgada em Julho de 2007 através da licitação correspondente ao Edital nº 002/2007, constituída em 19 de dezembro de 2007 e teve suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 05 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/ MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é (25 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O trecho administrado tem uma extensão de 562,1 km, passando pelos municípios de Guarulhos, São Paulo, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista, Vargem, Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Careagu, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Lavras, Ribeirão Vermelho, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Oliveira, Carmópolis de Minas, Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Contagem. A Rodovia Fernão Dias exerce importante papel do ponto de vista econômico, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL.

Atualmente, a Companhia opera oito praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Autopista Fernão Dias



Nome da Praça	Localização	Tarifa
Mairiporã P1 Norte	BR 381 KM 65+559	1,80
Mairiporã P1 Sul	BR 381 KM 66+572	1,80
Vargem P2	BR 381 KM 7+250	1,80
Cambuí P3	BR 381 KM 900+877	1,80
São Gonçalo do Sapucaí P4	BR 381 KM 805+129	1,80
Carmo da Cachoeira P5	BR 381 KM 735+506	1,80
Santo Antônio do Amparo P6	BR 381 KM 658+267	1,80
Carmópolis de Minas P7	BR 381 KM 597+677	1,80
Itatiaiuçu P8	BR 381 KM 545+937	1,80

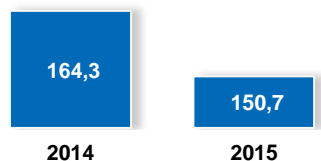
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

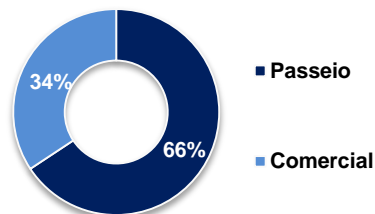
- O tráfego pedagiado totalizou 150,7 milhões veículos equivalentes em 2015, redução de 8,3% em relação ao ano anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente devido a desaceleração da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, além da alteração na lei que suspendeu a cobrança de pedágio do eixo suspenso.

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes
(milhões)



Composição do Tráfego – 2015



Autopista Fernão Dias



Receita

A receita bruta da companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 469,8 milhões em 2015, com queda de 8,1% em relação aos R\$ 511,1 milhões registrados em 2014.

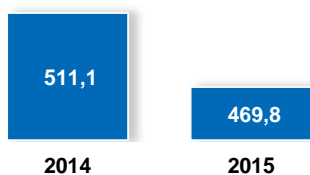
- A receita de pedágio reduziu 2,0%, passando de R\$ 247 milhões em 2014 para R\$ 242,1 milhões em 2015. A principal razão que levou a queda na receita foi a desaceleração da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, além da alteração na lei que suspendeu a cobrança de pedágio do eixo suspenso que será reequilibrado em futura revisão ordinária.

As receitas acessórias, advindas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 23,4 milhões, aumento de 9,7% em 2015, oriundas na quase totalidade de aluguel de dutos para fibra óptica ao longo da rodovia, o aumento foi devido ao reajuste de contratos pelo IPCA.

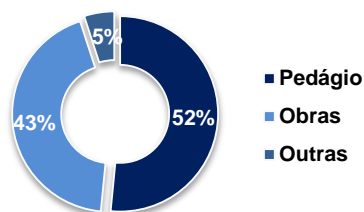
Já a receita de obras registrou redução de R\$ 38,5 milhões (15,9%), passando de R\$ 242,7 milhões em 2014 para R\$ 204,2 milhões em 2015. Essa redução foi em decorrência de menor número de obras executadas ao longo da rodovia.

No ano de 2015 a companhia obteve receita líquida de R\$ 445,8 milhões, R\$ 41,1 milhões inferior ao ano de 2014.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2015



Autopista Fernão Dias



Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(204,2)	(242,7)	-15,9%
Serviços de terceiros	(32,0)	(30,2)	6,0%
Pessoal	(41,6)	(37,9)	9,8%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(16,8)	(14,5)	15,9%
Conservação	(25,2)	(24,5)	2,9%
Verba de fiscalização	(12,0)	(11,2)	7,1%
Seguros e garantias	(4,3)	(4,7)	-8,5%
Remuneração da Administração	(1,8)	(1,5)	20,0%
Consumo	(8,9)	(6,2)	43,5%
Outros	(18,0)	(19,3)	-6,7%
Custos e despesas	(364,8)	(392,7)	-7,1%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram uma redução de (7,1%) em 2015 em comparação ao exercício de 2014. A redução foi ocasionada (i) pela variação da rubrica “custo de serviços da construção” registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado; (ii) pela variação dos demais custos e despesas abaixo relacionados:

- Aumento de R\$ 1,8 milhão (6,0%) de serviços de terceiros basicamente em decorrência a correção anual dos contratos pelo IPCA e ainda renegociação do contrato de APH, em contrapartida obteve-se economias com diversos serviços de terceiros, tais como serviços de análises técnicas de meio ambiente e monitoração da rodovia.
- Aumento de R\$ 3,7 milhões (9,8%) de custos com Pessoal basicamente em decorrência à correção pela convenção coletiva da categoria, além de readequação do quadro funcional e outros ajustes de custos ligados à folha.
- Aumento de R\$ 2,3 milhões (15,9%) de “Provisão p/ manutenção em rodovias”, em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores.
- Aumento de R\$ 0,8 milhão (7,1%) de Verba de Fiscalização basicamente em decorrência à correção monetária pelo IPCA.

Autopista Fernão Dias



- Aumento de R\$ 2,7 milhões (20,0%) de Consumo basicamente em decorrência a elevação da energia elétrica, com novas bandeiras tarifárias, além de instalação de novos pontos de iluminação ao longo da rodovia.
- Redução de R\$ 1,3 milhão (6,7%) na rubrica “Outros”, devido principalmente a despesas menores com provisões para contingências cíveis, custos com manutenção de equipamentos e materiais de consumo.

EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2015 em R\$ 97,9 milhões, com um decréscimo de 10,0% em relação ao exercício de 2014. Essa redução é devido principalmente ao não crescimento da receita de pedágio no mesmo nível aos custos operacionais conforme mencionado anteriormente.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	13,1	6,6	98,5%
Despesas Financeiras	(116,8)	(77,1)	51,5%
Resultado Financeiro Líquido	(103,7)	(70,5)	47,1%

O resultado financeiro líquido de 2015 fechou negativo em R\$ 103,7 milhões, 47,1% maior em relação a 2014. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- As receitas financeiras apresentaram aumento de R\$ 6,5 milhões 98,5%. Este aumento está diretamente relacionado ao aumento das aplicações financeiras devido a maior disponibilidade de caixa, além da elevação das taxas que remuneraram essas aplicações, como CDI.

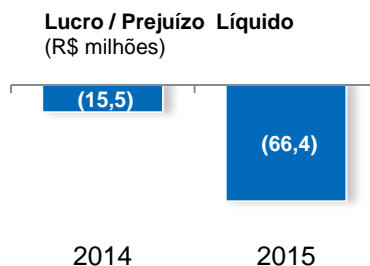
Autopista Fernão Dias



- Enquanto que as despesas financeiras foram maiores em R\$ 39,7 milhões (51,5%) devido pagamento de Debêntures de R\$ 33,0 milhões e juros de nova captação de recursos (Debêntures) e a variação da taxa CDI e TJLP.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo líquido de R\$ 66,4 milhões, ante ao Prejuízo Líquido de R\$ 15,5 milhões comparados ao exercício anterior. Isso se deve principalmente ao aumento das despesas financeiras, conforme mencionado anteriormente, além de aumento nos custos de amortização do intangível.



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014	Var.
Dívida Bruta	706,7	768,9	-8,1%
Curto Prazo	164,1	82,8	98,2%
Longo Prazo	542,6	686,1	-20,9%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(58,2)	(163,2)	-64,4%
Dívida Líquida	648,6	605,7	7,1%

¹ Curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizava R\$ 706,7 milhões, apresentando redução de R\$ 62,2 milhões, 8,1% em relação ao ano anterior. A diminuição foi ocasionada pelos pagamentos de amortização da dívida no exercício.

Autopista Fernão Dias



O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2015 em R\$ 648,6 milhões, apresentando aumento de R\$ 42,9 milhões em relação ao montante de R\$ 605,7 milhões registrado no encerramento do exercício de 2014, devido a diminuição do saldo de aplicações financeiras. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 10,1x, ao final do exercício anterior esta relação era de 5,5x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$ 212,1 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos, dentre os quais vale destacar: (i) a execução de terceiras faixas; (ii) manutenção do pavimento; (iii) implantação de trevo em desnível; (iv) implantação de dispositivos de Proteção e Segurança; e (v) recuperação de terraplenos e estruturas de contenção ao longo da Rodovia. Do montante desembolsado 64% para obras de melhoramento da rodovia, 33% foram para obras de recuperação e manutenção da rodovia e 3% para a operação da rodovia.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2015	2014
Empregos Diretos	827	874
Rotatividade	2,56%	3,85%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação igualitária de homens e mulheres, sendo em números 419 mulheres contra 408 homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 68,99% dos empregados. Destacamos que 11,33% possuem nível superior completo e 2,41% tem mestrado e ou pós-graduação. Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 39.810,25 horas de treinamento, o que corresponde, a 41,81 horas de treinamento por profissional.

Autopista Fernão Dias



Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema - Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR - Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é

Autopista Fernão Dias



incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciando a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

Apoio aos projetos de incentivo fiscal

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

Autopista Fernão Dias



AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fernão Dias S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Autopista Fernão Dias



Pouso Alegre, 29 de março de 2016.

A Administração

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Maurício Teodoro de Souza
Contador
CRC MG 076073-O

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheiro

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro